

por **Vicente Nunes** / [vicentenunes.df@dabr.com.br](mailto:vicentenunes.df@dabr.com.br)

# Miriam Belchior no país da ficção

**A** ministra do Planejamento, Miriam Belchior, tinha tudo para dar um sinal positivo aos investidores sobre o que o governo realmente pensa do ajuste fiscal. Mas, ao depor ontem no Congresso Nacional, mais confundiu do que elucidou dúvidas. Além de não se comprometer com uma meta de superavit primário para este ano — ou deficit —, por meio do projeto que propõe mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), alegando que as receitas estão muito “erráticas”, ela não se intimidou em sustentar um quadro de ficção para 2015. Para a ministra, é factível economizar, no mínimo, 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para pagar juros da dívida, já que a economia avançará 3%.

Apesar de, ao fim do depoimento, a ministra ter admitido mudar a meta de 2015, o que pode ocorrer na próxima semana, as declarações dela só reforçaram a desconfiança dos agentes econômicos de que o segundo mandato de Dilma Rousseff será mais do mesmo do ponto de vista fiscal. O Palácio do Planalto definiu uma meta impossível de ser atingida no ano que vem para tentar convencer os incautos de que, depois de tanta gastança e truques contábeis, decidiu se empenhar pela responsabilidade fiscal. Mas, quando a realidade se impuser, mostrará resultados muito aquém do prometido. Certamente, terá que recorrer novamente ao Legislativo para, como em 2014, reduzir o objetivo a ser perseguido por total incapacidade.

Para que Dilma entregue um superavit mínimo de 2% do PIB em 2015, algo como R\$ 114 bilhões, o governo terá que suspender todos os investimentos e cortar programas essenciais à população — o

que Miriam descartou. Mas não há mágica. Neste ano, mesmo com todas as receitas extraordinárias e todas as manobras conduzidas pelo secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, há um deficit acumulado de R\$ 25 bilhões em todo o setor público entre janeiro e setembro. O rombo nas contas do governo chega a 5% do PIB em 12 meses, quase o triplo do deficit médio de 1,9% dos países emergentes e muito acima dos 3,9% das nações desenvolvidas.

Na tentativa de sustentar um quadro de comprometimento do ajuste fiscal, a ministra do Planejamento che-

gou a ponto de, no depoimento do Congresso, mentir sobre a trajetória dos gastos com juros da dívida. Disse que tais despesas estão em queda em relação ao PIB. Dados do Banco Central mostram, contudo, exatamente o contrário. Nos 12 meses terminados em abril, os juros consumiram 5,02% do PIB (R\$ 248,7 bilhões). Em setembro, a conta havia subido para 5,53% do PIB (R\$ 280,8 bilhões), o equivalente a mais de 10 anos de despesas com o Bolsa Família.

É por isso que até defensores contumazes do governo Dilma, os economistas Delfim Netto e Yoshiaki Nakano, decidiram jogar a toalha. No entender deles, a petista reeleita para mais quatro anos de mandato destruiu um dos pilares mais importantes para impulsionar o crescimento econômico com a inflação sob controle. Sem ajuste fiscal não há como o Banco Central manter os juros em níveis que estimulem o investimento produtivo. Pior, acrescenta o economista Sílvio Campos Neto, da Consultoria Tendências: sem ajuste fiscal, a confiança na economia desaparece. Não por acaso, o Brasil está em recessão e, a cada semana, os agentes de mercados reduzem as estimativas para o PIB.

A tendência, portanto, é de o buraco cavado pelo governo na área fiscal se tornar mais profundo. A continuidade de Pibinhos — na melhor das hipóteses, o crescimento de 2015 será de 1% — manterá as receitas contidas, exigindo um esforço ainda maior para se entregar o mínimo de superavit primário. Diante desse quadro desolador, fica a pergunta: por que o governo tem tanta dificuldade para assumir que as contas públicas estão um descalabro? Admitir isso seria o primeiro passo para, quem sabe, os agentes econômicos começarem a acreditar na possibilidade de Dilma Rousseff fazer um segundo mandato melhor.

**Ministra diz que  
será factível  
cumprir a meta  
fiscal mínima de  
2% do PIB em 2015  
e atingir  
crescimento  
econômico de 3%**